

## **AS LIÇÕES CÍVICAS DE BORGES DOS REIS NO LIVRO DIDÁTICO “A GRANDE PÁTRIA BRAZILEIRA”**

Joaquim Antônio Novais Filho (Aluno do Memória, Linguagem e Sociedade/UESB -  
novaisfilho@yahoo.com.br)

Maria Cristina Dantas Pina (UESB/Museu Pedagógico – mcristina.pina@gmail.com)

### **Resumo**

O objetivo deste texto é analisar o sentido da história pátria construída por Antônio Alexandre Borges dos Reis, no seu livro didático “A Grande Pátria Brasileira”, publicado em 1917 para ser utilizado no ensino primário. Professor do ginásio da Bahia, editor e autor de manuais didáticos desde os anos finais do século XIX, Borges dos Reis também publicou na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia artigos sobre os indígenas da Bahia e sobre a catequese e os jesuítas. A intenção neste trabalho é entender obra/autor no seu contexto de produção e identificar no discurso didático os caminhos de construção de tradições cívicas e patrióticas escolhidas para serem lembradas pela juventude brasileira. Para tanto, recorreremos a análise do conteúdo da obra, relacionando-o com referências bibliográficas (HOBSBAWN, E. & RANGER, T. (2002); ANDERSON, B. (2008); BITTENCOURT, C. (2007); FONSECA, T. N. de L. (2004), dentre outros). Inicialmente apresentamos os capítulos e o caminho percorrido pelo autor na narrativa da história brasileira, identificando os elementos simbólicos e conceituais que fundamentam sua visão de história e de mundo. Em seguida analisamos o rol de personagens por ele citados e descritos, homens considerados dignos de lembrança, que é matéria do último capítulo, no sentido de entender as escolhas e justificativas do autor na seleção exposta sobre a temática. O exame de “A Grande Pátria Brasileira” confirma a relação entre memória e nação identificado nos livros didáticos de história deste período. Neste livro especificamente, essa relação evidencia-se na seleção do que é considerado digno de ser lembrado e repetido. Confirmando seu papel na manutenção e difusão de discursos nacionalistas a obra apresenta uma narrativa que delimita um território onde se desenrola a história da nação. História que transmite a idéia de coletividade e harmonia, logo, os conflitos de classes ou de raça quando não são habilmente substituídos aparecem distantes de suas repercussões sociais mais profundas, e tem seus beneméritos líderes destacados e apontados como modelo cívico. A narrativa de Borges dos Reis, ao elencar os modelos que a mocidade da grande pátria brasileira deve seguir, deixa de fora uma série de personalidades que não seriam adequadas a sua apresentação de uma sociedade harmônica. Mesmo personalidades cultuadas pelo movimento republicano histórico, como Tiradentes e Frei Caneca, não aparecem de forma destacada no livro de Borges dos Reis. Fica então a questão do engajamento e envolvimento do autor com o movimento republicano na Bahia. A obra analisada nos faz considerar que Borges dos Reis defendeu um republicanismo específico.

### **Palavras Chave**

Nação, Civismo, Livro didático, Borges dos Reis

# AS LIÇÕES CÍVICAS DE BORGES DOS REIS NO LIVRO DIDÁTICO “A GRANDE PÁTRIA BRAZILEIRA”

Joaquim Antônio Novais Filho (Aluno do Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade/UESB - novaisfilho@yahoo.com.br)

Maria Cristina Dantas Pina (UESB/Museu Pedagógico – mcristina.pina@gmail.com)

## **Introdução**

O livro didático “A Grande Pátria Brasileira” (1917) publicada pelo professor baiano Antônio Alexandre Borges dos Reis consiste num livro de leituras cívicas para o ensino primário, como explicitado na inscrição presente na capa da obra.

Professor do ginásio da Bahia, editor e autor de manuais didáticos desde os anos finais do século XIX, Borges dos Reis também publicou na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia artigos sobre os indígenas da Bahia e sobre a catequese e os jesuítas. Seu manual de História do Brasil, destinado aos cursos dos ginásios e liceus, teve três edições entre 1905 e 1929. Publicada a primeira parte (correspondente aos séculos XVI, XVII e XVIII) em 1905 e completado com uma segunda parte (século XIX) em 1915. Entre 1893 e 1898 publicou também uma série de obras didáticas que tratavam de gramática, história, corografia e geografia do Brasil.

No ano em que A Grande Pátria Brasileira foi publicada o quase sexagenário professor Borges dos Reis esteve ainda envolvido na fundação da Academia de Letras da Bahia, ocupando a cadeira número 29. Anos antes, em 1894, fora um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia de acordo a dupla informação constante no volume IX número 28 da revista do mesmo Instituto publicada em 1902. Sobre sua atuação na política da primeira república na Bahia consta que foi eleito deputado estadual em duas legislaturas (1905-1906; 1907-1908) durante o governo Severino Vieira.

A Grande Pátria Brasileira, obra publicada em 1917 e destinada ao ensino primário tem a maior parte de suas páginas dedicada a apresentar alguns brasileiros “cuja memória a mocidade deve cultuar, recolhendo de seus feitos bellas lições de civismo” (REIS 1917, p. 75). Daí decorre o objetivo maior da escrita de Borges dos Reis – levar à juventude brasileira, e especialmente a baiana, exemplos a serem seguidos na direção do amor a pátria e no culto aos seus símbolos.

Mas o que significa o sentido da história pátria para o autor? Em que contexto a obra foi produzida? Qual a contribuição de Borges dos Reis na construção de tradições cívicas e patrióticas tão presentes no ensino brasileiro por longas décadas?. Para responder tais questões, inicialmente apresentamos os capítulos e o caminho percorrido pelo autor na narrativa da história brasileira, identificando os elementos simbólicos e conceituais que fundamentam sua visão de história e de

mundo.

Em seguida analisamos o rol de personagens por ele citados e descritos, homens considerados dignos de lembrança, que é matéria do último capítulo, no sentido de entender as escolhas e justificativas do autor na seleção exposta. Por fim, traçamos algumas considerações no sentido de apontar perspectivas de análises sobre a temática.

### **1. A história pátria para a juventude brasileira**

A disciplina história no ensino primário, nas primeiras décadas republicanas tinha como principal função forjar um novo sentimento de nacionalidade que negava o passado monárquico e instituía uma cidadania republicana. Para tanto, utilizou em larga medida das obras didáticas de intelectuais republicanos que atuavam também no ensino e escreviam a história pátria.

Esses intelectuais, que viveram as incertezas e esperanças dos seus contextos, buscavam, na medida dos seus interesses e de suas visão de mundo, construir um futuro, transformar o Brasil em uma “nação civilizada”. Esta busca pode ser visualizada nas narrativas do livro didático que projetavam uma determinada nação brasileira – nação aqui entendida sob o aspecto de uma “tradição inventada” num determinado tempo e espaço, como bem nos mostram Hobsbawm e Ranger quando conceituam tradição inventada.

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM e RANGER, 2002, p. 9).

Ao analisar o fenômeno das nações na Europa moderna, Hobsbawm ressalta sua origem recente, relacionada ao fenômeno da criação dos Estados Nação, além do seu aspecto de “invenção”, relacionada ao contexto ideológico da modernidade.

[...] como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado Nação” [...]. Além disso, com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. [...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e o nacionalismo, mas sim o oposto (HOBSBAWM, 1990, p. 19)

Esse construto se utilizou intensamente da escola, principalmente a primária, “para difundir a imagem e a herança da ‘nação’ e inculcar adesão a ela, bem como ligá-los ao país e à bandeira, frequentemente ‘inventando tradições’, ou mesmo nações” (p. 112).

Por isso, os manuais didáticos relativos à história do país e à língua nacional foram

fundamentais para consolidação de uma nacionalidade comum a todos. O livro de Borges dos Reis analisado aqui é um exemplo de como esse discurso foi montado e divulgado via escola.

Nessa perspectiva, Thaís Nívea Fonseca (2004) esclarece o quanto é importante analisar o livro didático, sobretudo o de história, como instrumento mantenedor de visões de mundo.

Livro didático e comemoração cívica atuam como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história. Os livros didáticos têm sido, de fato, grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade. É fundamental, portanto, discutir as suas dimensões como lugar de memória e como formador de identidades, evidenciando saberes já consolidados, aceitos socialmente como as “versões autorizadas” da história da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum [...] (FONSECA, 2004, p. 73).

Borges dos Reis na sua “Leituras Cívicas” busca passar, justamente, a ideia de uma nação brasileira, a partir de roteiro composto por 7 capítulos: o território, o descobrimento, as raças, a história, a organização social e política, o desenvolvimento e o civismo. Já na capa é possível perceber o que se quer reforçar no percurso histórico da nação e os desdobramentos do sentimento cívico e nacional.



O primeiro capítulo traz uma sumária descrição do relevo, da flora, dos climas, da costa

litorânea, dos rios deste território que conforme as palavras do autor “é o grande sólo da patria brasileira, que nos cumpre, devotados, honrar, amar e defender” (REIS, 1917, p.12). Já podemos observar aqui uma espécie de mote que encerra todos os capítulos do livro. Mote que aponta para o empenho em transmitir uma memória da nação e fomentar uma comunidade imaginada. O termo, tomado de empréstimo a Benedict Anderson, sugere que a nação se define “como uma comunidade politicamente imaginada [...] sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008, p. 32).

No primeiro parágrafo é apresentada uma descrição do território que abrange o Brasil. É possível visualizar através das palavras de Borges dos Reis o mapa do Brasil, ou pelo menos, na ausência do registro cartográfico, imaginar o “vasto triângulo bordado pelo Atlantico” e suas fronteiras com os outros países da América meridional.

Abrangendo a parte mais oriental da América do Sul e estendendo-se pela linha Equatorial até quase a região *Andina*, – 8°, 20’ (oito graus e cinquenta minutos) de longitude leste, por 30°, 58’ (trinta graus e cinquenta e oito minutos) de longitude oeste do meridiano do Rio de Janeiro; – prolongando-se da *Guyanas* aos *Pampas*, – 5°, 10’ de latitude norte a 33°, 45’ de latitude sul; o Brasil compreende quase 50% (cincoenta por cento) da América Meridional, apresentando a configuração horizontal de um vasto triângulo, bordado pelo Atlantico em, aproximadamente, 2/3 (dois terços) de seus lados, e fronteirando pelo outro todos os países dessa metade do continente, excepto o Chile e o Equador. (REIS, 1917, p. 6)

Se para uma criança ou jovem seria divertido e didático pensar o Brasil como um “vasto triângulo”, talvez passasse despercebido (ou não) o fato de o meridiano que passa pelo Rio de Janeiro, então capital federal, ser considerado pelo autor como o grau zero de longitude. Se atentarmos para o fato de que desde 1884, após acordo internacional, o meridiano de Greenwich fora definido como meridiano zero o que leva o autor a essa referência? Não há dúvida do sentimento nacionalista embutido nesta referência espacial. O meridiano do Rio de Janeiro é inclusive referido na polêmica em torno da bandeira do Brasil adotada pelo regime republicano em 1889, e que chegou a repercutir até na década de 1920. A disposição das estrelas presentes na circunferência azul da bandeira espelhariam, conforme os seus idealizadores, a aparência do céu do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1889, data da proclamação da república. Consta que – ainda de acordo os idealizadores da bandeira – a posição da constelação do Cruzeiro do Sul estava, na manhã desse dia atravessando o meridiano da cidade do Rio de Janeiro. Daí sua peculiar disposição na bandeira.<sup>1</sup> Temos aqui pistas de como a nação brasileira era imaginada por Borges dos Reis. Apresentando o seu quinhão de ufanismo em relação a esse solo da nação.

Curiosa é sua exaltação da baía de Todos os Santos. A grandiosidade, a beleza, a riqueza

<sup>1</sup> Interessante lembrar a polêmica gerada pela crítica, contemporânea a proclamação, que indicava imprecisão científica dessas referências astronômicas. Em reação as críticas o positivista Teixeira Mendes argumenta em junho de 1890 que “bandeira é idealização, é símbolo, é emblema, não se deve prender à rigorosa representação da realidade” (CARVALHO 2004: 114).

vegetal dessa baía seria responsável por destruir “a idéia impressionista de monotonia que a uniforme costa do norte produz no espírito do observador” (REIS 1917, p. 9). Daí se extrai uma impressão de orgulho da Bahia por parte do autor.

Ainda neste primeiro capítulo Borges dos Reis aponta para a ocorrência das secas em alguns estados do norte “provocadas, geralmente, pela natureza do solo, direcção dos ventos e interrupção das correntes fluviais” (p.11). Entretanto não faz nenhum comentário que indique a construção de uma solidariedade que una a região sugerindo uma identidade.

No capítulo segundo, intitulado O descobrimento, o autor inicia com uma referência poética a Portugal. Observa a privilegiada posição do território português e seu sucesso nas grandes navegações. “Portugal, o jardim da Europa a beira mar plantado no dizer feliz do poeta, era ao alvorecer do século 16 um intenso foco de empreendimentos marítimos” (p.13). Em seguida cita a “audácia e esforços de Bartholomeu Dias e Vasco da Gama”, responsáveis pela descoberta da rota para a “Índia ao longo da costa ocidental africana” (p. 13). Prossegue narrando a viagem de Cabral e seu encontro com os indígenas habitantes da terra que mais tarde seria chamada Brasil. Encerra o capítulo registrando o momento em que a “nossa pátria” foi inserida na civilização e indica a Bahia como o ponto de chegada dos portugueses. Vejamos como ele arremata quase antecedendo o *jingle* “Bahia: o Brasil nasceu aqui!”:

E assim é a nossa patria descoberta para a civilização; são assim enfrentados pelos portugueses os representantes do povo extranho que a habitava.  
O ponto a que chegara Cabral com a esquadra portuguesa está compreendido no actual Estado da Bahia, é a Bahia *Cabralia* – na comarca de Porto Seguro (p. 17)

Ainda nesse capítulo é possível perceber como o autor contorna com uma visão romântica e harmoniosa os primeiros contatos entre portugueses e indígenas. Afinal, a nação a ser construída precisava escamotear os conflitos tão presentes na sociedade brasileira de então.

Descoberto o Brasil, era hora de descrever seu povo. Para tanto o autor traça uma breve caracterização das raças fundadoras – portuguesa, indígena e africana. Retoma assim, a velha lição de von Martius de explicar o Brasil por meio das suas raças.

Sobre o indígena, considerado selvagem e sem civilização, o autor descreve:

Viviam quase em completa nudez, não tinham governo, leis e culto de espécie alguma, dilaceravam-se em guerras e muitos eram antropofagos, isto é, comiam os prisioneiros; viviam da caça, da pesca e poucos da lavoura (p. 18).

Mesmo assim, Borges dos Reis via neles um carácter patriótico admirável:

Não eram, portanto, de carácter apathico, submisso, desfribado os indígenas do Brazil; o demonstraram de sobejo durante a longa luta travada com a raça invasora, que viera apropriar-se de seu território. Os sentimentos de liberdade, de independência, de brio lhe eram inatos.

Vencido, porém não subjugado, preferindo o extermínio à escravidão, esse primeiro elemento ethnico de nossa nacionalidade possuía qualidades apreciáveis,

sentimentos de altivez e de energia que seus descendentes directos souberam demonstrar em muitas páginas da nossa história (p. 22).

Diferente do indígena, a raça africana situa-se num estado mais primitivo:

Povos bárbaros, combalidos também em lutas fratricidas, possuindo escassa e rudimentar organização social, os africanos introduzidos no Brazil procediam da *Guiné*, principalmente, e da região do litoral que dahi se estende até *Moçambique*.

Em condições inferior e quanto a demonstração de sentimentos de independência, visto como lhes ficaram bem distante a pátria, e hostil lhe era o meio em que se encontrava, voltada ao trabalho a à opressão, essa raça demonstrou, entretanto, por vezes, de que a mais notável foi o caso de Palmares, as qualidades de bravura e amos a liberdade que tanto dignificara os seus descendentes directos (p. 24).

O português é a raça civilizada que trouxe o espírito empreendedor, logo, maior responsável na obra colonial e patriótica. Dessas três raças nasce o povo brasileiro, resultado da síntese, com predominância das qualidades superiores do português que assim lideram o processo de formação do nosso povo.

Sua descendência directa, ampliando-se sempre com elementos da mesma origem, dirigindo os filhos das outras duas raças, e o typo intermédio, que crearam, atravessa a nossa historia iluminando-a de civismo, na integração e na defeza do patrio solo, na vingança da honra nacional ultrajada, e nas conquistas belíssimas de paz e do trabalho.

E prepara para a absorção, pela almagamação final, a raça forte que há de firmar a hegemonia da nossa pátria na América Latina, assim perseveram governo e povo, em acção conjunta, na cultura physica, no encaminhamento das energias latentes para a formação do character e na extinção do analphabetismo (p. 25).

Prosseguindo a narrativa, no quarto capítulo, o autor faz um panorama da nossa história ressaltando principalmente os momentos de embates com estrangeiros invasores. A intenção é trazer fatos que reforcem o nosso sentimento patriótico e identificá-lo desde os tempos coloniais.

Descreve as sucessivas guerras contra os holandeses, destacando a firmeza das três raças na sua expulsão. Além disso, reforça o papel generoso do jesuíta e a importância do bandeirante na expansão do nosso território. Assim pode ser sintetizado este capítulo:

Tal resalta da nossa história o character do povo brasileiro – generoso e nobre, althuísta e abnegado, numa tradição de força e de vontade, numa aspiração de democracia e de paz, que cumpre manter, constante, pelas gerações vindouras, para honra e glória da pátria e garantia do nosso futuro no convívio das nações civilisadas (p. 38).

No quinto capítulo – A organização social e política – Borges dos Reis discorre sobre os três poderes da República; a organização política, administrativa e judiciária dos estados; a religião e a instrução pública. Traz ainda uma série de artigos constitucionais que tratam dos direitos do cidadão. Sua intenção certamente foi reforçar a necessidade da obediência as leis e à ordem, cunhando ideias de civismo na população escolar. Assim diz ele: “O respeito às leis, o acatamento às autoridades constituídas são os elementos básicos do Direito e da Justiça, e só é verdadeiramente livre e feliz o povo que os observa” (p. 50).

No capítulo seguinte – O desenvolvimento econômico – são elencadas as riquezas naturais da nação; a agricultura; a indústria; o comércio (interior e exterior); os transportes (via férrea, navegação); os correios; e a imigração.

Pontua uma espécie de crítica ao funcionalismo público ao fazer o seguinte alerta: “cumpr[e] [...] ao brasileiro evitar a grande chaga do funcionalismo, do emprego público”. E em seguida chama atenção para a vocação agrícola do Brasil “em vista da extensão e fertilidade do nosso solo, da excellencia do nosso clima” (p. 56-57).

O percurso chega ao fim, a seleção foi feita, resta agora a juventude conhecer os exemplos patrióticos, memorizar os feitos cívicos para dar prosseguimento a obra nacional.

## **2. As lições de civismos – os patriotas símbolos n história do Brasil**

O último capítulo do livro, intitulado O civismo, correspondente a quase dois terços das 185 páginas do livro. Nele o autor descreve sucintamente a trajetória de 20 cidadão que tiveram, segundo ele, uma participação fundamental na nossa história, e contribuíram para a consolidação da nossa democracia e liberdade. Portanto, são dignos de serem lembrados.

Na galeria dos benemeritos da patria brasileira hão de figurar quantos, pelo seu trabalho e esforços, abnegação e althuisimo contribuíram para a formação e grandeza da nossa nacionalidade, o aldeamento e progresso do paiz, a defesa, honra e gloria do seu povo, desde os primordios da nossa existencia política até os nossos dias, quer aqui tenham nascido, quer tenham visto a luz da existencia sob outros ceos, uma vez que comnosco se tenham identificado, vivendo a nossa vida, trabalhando luctando pelo Brazil (p. 63)

Ao descrever os personagens reforça a participação dos mesmos em momentos cruciais da formação de “nossa nacionalidade”. Assim são descrições fundamentalmente de conflitos militares, com destaque para a Insurreição Pernambucana, com a intenção de identificar, num passado remoto, nosso sentimento republicano e democrático.

Circe Bittencourt (1990) ao analisar os programas de história do ensino primário paulista nas primeiras décadas republicanas, reforça a predominância da temática militar.

O sentido militarista das “tradições” nacionais aparecia na história das lutas estudadas pelos alunos das escolas. O curso de História era, por vezes, um contínuo desenrolar de batalhas e guerras, especializando-se os autores de livros didáticos em relatá-las com requintes de romance (BITTENCOURT, 1990, p. 135)

Ao descrever a contribuição desses homens (só tem um registro de mulher – Maria Quitéria), ressalta o envolvimento com relevantes episódios na consolidação da colonização portuguesa: expulsão dos franceses, holandeses (e os ingleses?); integração e expansão territorial do Brasil. Nesse processo, são identificados valores nas suas personalidades com a dedicação ao trabalho, esforço, abnegação, altruísmo, amor a liberdade entre outros. Esses valores deveriam ser seguidos por todos.

Os personagens selecionados vai de Pe. Anchieta a D. Pedro II, passando por figuras



representativas das três raças constitutivas do Brasil: Antonio Philippe Camarão, o índio Poty; o negro Henrique Dias; e o branco André Vidal Negreiros, personagens centrais na guerra contra o inimigo holandês, o que reforça a nossa união nacional, o nosso sentimento pátrio comum, responsável, nas palavras de Borges dos Reis “[...]para que não faltasse a lucta gloriosa travada pela integridade do solo pátrio o concurso de nenhum dos factores étnicos da nacionalidade brasileira” (p.89). Esta experiência colonial foi responsável pela consolidação do povo brasileiro.

Em nossa historia colonial culmina essa luta tenaz, perseverante, que, entretanto, contribuia poderosamente para o processo ethnologico produtor do typo brasileiro, cujos factores ethnicos precisavam juntar-se, unir-se, identificar-se para a defeza do sólo, dos interesses e da liberdade” (p. 69)

Essa percepção e defesa do tipo brasileiro, fruto da mistura entre as raças, o autor já tinha desenvolvido em outra obra didática – História do Brasil – escrita para o ensino secundário. Em análise desta obra, Maria Cristina Pina destaque essa característica, relacionando-a as concepções divulgadas por Euclides da Cunha, anos antes, em Os Sertões.

A idéia de uma raça forte lembra Euclides da Cunha, na descrição dos Sertões, quando constrói a idéia do brasileiro como forte, fruto do cruzamento das raças e do convívio com as adversidades do território. No entanto, Borges dos Reis, diferente de Ribeiro e Rocha Pombo, vê a mestiçagem com positividade, como uma possibilidade de aproveitamento das melhores características de cada raça, inclusive as inferiores (PINA, 2009, p. 151).

Outro lembrança nesse rol de personalidades são os republicanos convictos como José Ignácio de Abreu e Lima - o Padre Roma - e Domingos José Martins, representantes legítimos dos primórdios das ideias republicanas no Brasil. Acerca da idéia de república, Borges dos Reis afirma que, “a Republica é, por certo, o regimen político ideal para os povos capazes de pratical-o” (p. 99), porém, no período colonial, “a idéia de Republica não vingou, era sem duvida prematura, ante o atraso intelectual da colônia, o absentismo de elementos materiaes indispensaveis á sua Victoria [...]” (p.100).

Ainda sobre as ideias republicanas cita Bernardo Vieira de Mello- e a experiência da Inconfidência Mineira. O papel de Tiradentes é analisado sem muito esplendor, ressaltando a visão de imprudência e desorganização do movimento, porém ressaltando sua importância para a posterior consolidação da república.

Vê-se bem, pelo que fica exposto, - tratar-se de um sonho de poetas, sem um plano regular, sem a congregação de elementos, sem um chefe capaz de dirigir a revolução, confiando os patrotas tudo – na indignação popular, pelos efeitos da derrama” (p. 105)

Em outro grupo de figuras ilustres encontram-se os que lutaram na nossa independência, destacando as lutas travadas na Bahia em 1823. Nomes com os de Brigadeiro Antonio de Souza Lima, Dr. José Lino Coutinho, General Pedro Labatut, D. Maria Quitéria de Jesus Medeiros são descritos como heróis nacionais que devem ser cultuados plea sua bravura e feitos para a

consolidação da nossa liberdade.

Além da independência, a guerra do Paraguai foi outro momento no qual o espírito patriótico não faltou, inclusive entre os baianos, chamados os “Voluntários da Pátria”: Dr. Artur Cesar Rios, Satyro de Oliveira Dias e Joaquim Manoel Rodrigues Lima.

Sua lista dá destaque especial aos baianos que, seja na política ou na economia, contribuiu de forma significativa para a grandeza do país. Lembra de figuras ligadas ao empreendimento industrial como Luiz Tarquinio, Leopoldo José da Silva e Miguel Francisco Rodrigues de Moraes. O descrever as trajetórias desses empreendedores aponta a benevolência como principal qualidade e os apontam como indivíduos que se sacrificaram pela pátria. Eis as palavras com que define a ação desses “beneméritos” para “bem servir e honrar a Pátria”:

Proporcionando trabalho às classes operarias, educação á mocidade, disciplina aos espíritos, estímulo aos dignos e futuro a todas as aspirações , os industriaes merecedores desse nome, aquelles que não visam exclusivamente o lucro, mas apenas a rasoavel recompensa de seu capital, são verdadeiros beneméritos (p.171).

Este destaque atribuído aos baianos faz parte de uma estratégia adotada por vários intelectuais na Bahia, no início do século XX, para construir uma visão do Estado próspero, com homens ilustres, logo merecedor dos investimentos estatais, apesar de não mais ser o centro político nacional. Maria Cristina Pina, recorrendo a um estudo de Rinaldo Leite nos informa:

Rinaldo Leite (2005), analisando os intelectuais baianos da primeira fase republicana, chama a atenção para os discursos que eles construíram sobre a Bahia, sustentados na idéia de um passado glorioso vivenciado tanto na fase colonial, quanto no império.

A Bahia perdera seu brilho e centralidade com o deslocamento do eixo para São Paulo e Rio de Janeiro e, com o adentrar da República e o estabelecimento da política dos governadores, os estados do Sudeste sobressaíram no cenário nacional, enquanto o Nordeste, decadente economicamente, ficou cada vez mais secundarizado. Os discursos analisados por Leite mostram a insatisfação dos baianos com essa situação (2009, p. 83).

Borges dos Reis certamente foi um desses intelectuais que pensava a nação sob as lentes de uma Bahia gloriosa, ou ao menos, digna de ser conhecida e respeitada pela juventude.

Chama atenção no elenco desses modelos cívicos a ausência de personalidades ligadas ao movimento republicano que, de alguma maneira, desembocou na proclamação da República em 1889. O que justificaria essa ausência? A proximidade dos acontecimentos não o impediu de tratar de personalidades que ostentaram, já na república, títulos nobiliárquicos, como o barão do Rio Branco. Não teria nenhum exemplo entre aqueles que lutaram pela república depois da guerra do Paraguai? As lições de civismo de Borges dos Reis não se referem aos momentos de disputa interna pelo poder. Os conflitos relatados acontecem sempre com outros países e não com forças internas a nação.

Não se tem elementos para imaginar em Borges dos Reis um desencantamento com o

governo instalado em 1889, tal qual ocorreu com muitos republicanos que se queixavam que não era aquela a república de seus sonhos. Acima de tudo está a pátria, imaginada como uma comunidade harmônica, desde que seguindo os modelos históricos que surgiram em sua defesa. Nesse sentido tiveram papel importante os símbolos nacionais. É sobre um desses, a bandeira, que trata a breve narrativa de Euclides da Cunha que aparece no final do volume de “A grande pátria brasileira”.

Indicado em 1905 pelo ministro das relações exteriores, o barão do Rio Branco, seguiu para Amazônia em missão de reconhecimento dos limites territoriais entre Brasil, Peru e Bolívia. Dessa empreitada vislumbrava construir um segundo “livro vingador” – o primeiro havia sido Os sertões – frustrado pela sua morte em 1909. No texto compilado por Borges dos Reis, intitulado “Valor de um Símbolo”, Euclides da Cunha relata um de seus momentos nessa viagem pela Amazônia. A grande alegoria do relato de Euclides é a bandeira nacional.

Após uma fatigante subida pelo rio Purus, última etapa da missão de reconhecimento, a comissão chefiada por ele estava em frangalhos. Euclides chega a traçar paralelo com a comissão peruana que se mantinha próxima. Enquanto o grupo brasileiro se encontrava num “abarracamento minúsculo e mudo, todo afogado na treva” os “nossos galhardos visinhos”, estavam em “um acampamento iluminado e ruidoso, onde resoavam os cantos dos desempenados cholos loreanos” a apenas cinquenta metros. Quando chegam à foz do Cavaljani, Euclides apela aos homens que faziam parte da comissão. “Falei-lhes. A honra, o dever, a pátria e outras magníficas palavras ressoaram longamente, monotonamente.” Diante do desânimo já se imaginava o regresso sem o cumprimento da missão.

Mas, quando na popa da embarcação peruana a comissão brasileira vê hasteada a bandeira logo a situação se transforma e aqueles que estavam alquebrados se erguem hasteando a bandeira do Brasil. E, citando um verso do Navio Negreiro de Castro Alves, Euclides encerra esse breve relato sobre o valor de um símbolo:

Em segundos, a nossa bandeira, que jazia, enrolada, em terra, apumou-se  
por seu turno em uma das canoas, patenteando-nos aos olhos  
– *As promessas divinas da esperança!*  
E partimos, retravando, desesperadamente, o duelo formidável com o  
deserto... (p. 185)

A presença desse texto na parte final das lições cívicas de Borges dos Reis parece se comunicar com a capa da obra. Uma imagem de um soldado segurando um mastro com a bandeira brasileira e ao fundo as margens de um rio. Pode-se observar ainda uma faixa com os seguintes dizeres: “Salve 15 de novembro de 1889”. Fora isso nenhuma palavra sobre os republicanos que participaram, e naquele momento ainda participavam, das disputas em torno do poder na república federativa do Brasil.

### 3. Considerações Finais

O livro didático representava, entre o final do século XIX e as primeiras décadas republicanas, um instrumento didático com grande repercussão no meio intelectual brasileiro. Foi e é um material importantíssimo para consolidação e disseminação de uma determinada memória histórica que, por sua vez, marca fortemente a representação de gerações inteiras que passam pela escola. Assim, na análise de seu conteúdo é possível identificar as abordagens privilegiadas e silenciadas na memória e os seus desdobramentos na construção e consolidação de uma visão de mundo.

Em relação específica ao livro didático de história, é possível analisá-lo como um importante instrumento forjador de uma identidade nacional que, em contextos diversos, atendeu a visões de mundo dominantes. No contexto aqui em questão, o livro de Borges dos Reis serviu de forjador de uma concepção de cidadania republicana, que deu continuidade ao processo de patriotismo e civismo presente no povo brasileiro.

O exame de “A grande pátria brasileira” de Borges dos Reis confirma a relação entre memória e nação identificado no livro didático de história. No caso do livro aqui tratado, por ser destinado ao ensino primário e constar como um livro de leituras cívicas, essa relação evidencia-se na seleção do que é considerado digno de ser lembrado e repetido. Essa função é predominante em “A grande pátria brasileira”. Confirmando seu papel na manutenção e difusão de discursos nacionalistas o livro apresenta uma narrativa que delimita um território onde se desenrola a história da nação. História que transmite a idéia de coletividade, harmonia. Os conflitos de classes ou de raça quando não são habilmente substituídos aparecem distantes de suas repercussões sociais mais profundas, e tem seus beneméritos líderes destacados e apontados como modelo cívico.

Necessidade de se lembrar, mas também de esquecer acontecimentos para manter a idéia de nação como uma coletividade. Lembrar e esquecer juntos, eis um traço característico da nação enquanto comunidade imaginada. Conforme Ernest Renan, historiador francês do século XIX:

Ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. [...] Todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu, os massacres do sul no século XIII. (apud ANDERSON 2008, p.272)

A narrativa de Borges dos Reis, ao elencar os modelos que a mocidade da grande pátria brasileira deve seguir, deixa de fora uma série de personalidades que não seriam adequadas a sua apresentação de uma sociedade harmônica. Mesmo personalidades cultuadas pelo movimento republicano histórico, como Tiradentes e Frei Caneca, não aparecem de forma destacada no livro de

Borges dos Reis. Fica então a questão, a ser desenvolvida em outro momento, do engajamento e envolvimento do autor com o movimento republicano na Bahia. As suas posições parecem apontar para um republicanismo cheio de especificidades.

## Referências

ANDERSON, Benedict. (2008). **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras.

BITTENCOURT, C. (2007). Identidade e ensino de história no Brasil. IN: CARRETERO, M.; ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, M. F. (orgs) **Ensino de História e memória coletiva**. Porto Alegre, Artmed.

\_\_\_\_\_ (1993). **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História) São Paulo: USP/FFLCH.

\_\_\_\_\_ (1990). **Pátria, Civilização e Trabalho**: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola.

BLOCH, Marc (1997). **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América.

CARVALHO, J. M. de (1990). **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_ (2004).

CASTANHO, S. E. M. (2006). Questões Teórico-Methodológicas de História Cultural e Educação. IN: LOMBARDI, J. C.; CASIMIRO, A. P. e MAGALHÃES, L. D. (orgs). **História, Cultura e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados.

CUNHA, E. (1975). **Os Sertões**. São Paulo: Cultrix.

FONSECA, T. N. L. e VEIGA, C. G. (orgs). (2003). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica.

FONSECA, T. N. de L. e SIMAN, L. M. de Castro (orgs) (2001). **Inaugurando a História e Construindo a Nação – discursos e imagens no ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica.

FONSECA, T. N. de L. (2004). **História & Ensino de História**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica.

FONTANA, J. (2004). **A História dos Homens**. Bauru: EDUSC.

HOBSBAWN, E. (1990). **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (2002). **A invenção das tradições**. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra.

HOLANDA, G. (1957). **Um quarto de séculos de programas e compêndios de história para o ensino secundário 1931-1956**. Rio de Janeiro: INEP.

JACOMELI, M. R. M (1998). **A instrução Pública Primária em Mato Grosso na Primeira República 1891-1927**. Dissertação. Mestrado em Educação. Campinas, Unicamp.

LEITE, R. C. N. (2005). **A Rainha Destronada**: Discursos das Elites sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas. São Paulo: PUC/SP, Doutorado em História Social.

LOMBARDI, J. C.; CASIMIRO, A. P. e MAGALHÃES, L. D. (orgs). (2006). **História, Cultura e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados.

- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. Reimpressão. São Paulo; EPU, 1976.
- ORTIZ, R. (2003). **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense.
- PINA, M. C. D. (2006). A escravidão no livro didático de História: problematizando momentos da Educação Republicana (1890 – 1980). In: MAGALHÃES, L. D; ALVES, A. E. S. e CASIMIRO, A. P. B. S. e (orgs). **Lugares e Sujeitos da Pesquisa em História, Educação e Cultura**. São Carlos: Pedro & João Editores.
- PINA, Maria Cristina D. (2009). **A Escravidão no Livro Didático de História do Brasil: três autores exemplares (1890-1930)**. Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp – Doutorado em Educação.
- RIBEIRO, M. L. S. (2003). **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 18ª edição. Campinas, SP: Autores Associados.
- RIBEIRO, Renilson Rosa (2004). **Colônia (s) de Identidades: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil**. Campinas, SP, IFCH/UNICAMP (Dissertação de Mestrado).
- ROCHA, L. M. F. e BARROS, M. L. R. (2006). A Educação Primária Baiana: Grupos Escolares na Penumbra. In: VIDAL, D. G. (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- SAVIANI, D. *et al.* (2004). **O Legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados.
- SOUZA, R. F. de. (1998). **Templos de civilização: um estudo sobre a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo**. São Paulo: EDUNESP.
- VIDAL, D. G. (org.) (2006). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- VIDAL e SOUZA, C. (1997). **A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**, Goiânia: UFG.

#### **Obras do autor:**

- BORGES REIS, Antônio Alexandre. (1917). **A Grande Pátria Brasileira**. Leituras Cívicas para o ensino primário. Bahia: Typografia Reis & Cia.
- \_\_\_\_\_. (1920). **Os indígenas da Bahia**. Bahia: Typografia Reis & Cia.
- \_\_\_\_\_. (1915) **História do Brasil** para os Gymnasios e Lyceus. Bahia: Typografia Reis & Cia.
- \_\_\_\_\_. (1912). **Chorographia e História do Brazil** especialmente a da Bahia. Bahia: Typografia Reis & Cia

